

## ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA NA EDUCAÇÃO

*Por que foi que cegou a Ministra da Educação, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegou, penso que está cega, Cega que vê, Cega que, vendo, não vê.*

– Reescrita livre de um passo de *Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago

Tentei compreender o que se está a passar no meu país ferido, fui à maior manifestação de sempre na história da educação portuguesa, na condição de professor apenas, sem olhar a estatutos, e sem ir a mando de ninguém a não ser da minha consciência cívica, mesmo que aparentemente esta não seja a minha guerra.

Um cego humilde, mesmo que não quisesse ver podendo ver, demitir-se-ia e pediria desculpa por se ter enganado num modelo de avaliação que tinha por justo, mas que se revelou, nas suas primeiras experiências práticas, um desastre nacional. O cego continua a não querer ver o que vi com os meus próprios olhos e que ele(a) podia também ter visto, se tivesse amor verdadeiro à causa que jurou defender. Assisti, incrédulo, às diversas explicações da Ministra – *cega que, vendo, não vê* –, dizendo, em delírio mental, que o que via era uma conjuração sindicalista de professores manipuladores sobre professores manipulados. Nenhum professor rejeita a avaliação, mas o discurso do(a) cego(a) que vê e não quer ver aponta sempre o mesmo dedo à falsa repulsa pela avaliação. Esse cego diz que as escolas estão, nesta data, a proceder à avaliação com normalidade, porém há registo de mais de 1500 escolas a contestarem formal e informalmente um modelo que promove a injustiça, a imparcialidade e a divisão.

Diz o(a) cego(a) que os professores só têm de se preocupar com uma ficha de objectivos, por isso não vê como se podem queixar de sobrecarga de actos administrativos. O mérito que se lhe pode reconhecer é o de ter criado um sistema de avaliação que nem no mais complexo

processo de Bolonha no mais complexo sistema universitário alguma vez se viu. A ficha única da mentira do(a) cego(a) é uma sinédoque para dizer que, na prática, estamos a falar da elaboração de documentos e respectivas fichas de registo de competências, grelhas de análise e avaliação, porta-fólios, guiões de objectivos individuais, de auto-avaliação, correcção de testes, de trabalhos individuais e de grupo, trabalhos de casa, produção de fichas informativas e formativas, elaboração de fichas de avaliação formativa e sumativa, reuniões intermináveis e inconsequentes, etc. O que fica de fora – a preparação das aulas, a auto-reflexão sobre o que se ensina – é o que mais devia ocupar o professor. A responsabilidade da criação deste professor-escrivão é da Ministra, porque todos os professores se formaram para serem sobretudo educadores e oleiros do conhecimento.

A actual Escola Pública está mais inclinada do que a Capela de Suurhusen: a opção por aulas de substituição está errada, se se obriga um professor de Filosofia, por exemplo, a substituir um professor de Matemática; a introdução do Inglês no 1º Ciclo está errada, se os professores forem sub-contratados no mercado livre, sem habilitações adequadas e ensinando um currículo descontextualizado do programa nacional; a promoção do computador Magalhães está errada, se se pede aos professores do Ensino Básico que sirvam de vendedores de propaganda informática, pois são eles que tratam de todos os pormenores da venda do Magalhães quando deviam estar ocupados a pensar na melhor forma de o usar nas suas aulas; os critérios que nortearam o primeiro concurso de acesso a Professor Titular estão errados se valorizam apenas a ocupação de cargos nos últimos 7 anos, independentemente de qualquer avaliação da competência pedagógica, científica ou técnica desses professores; a avaliação do desempenho está errada se estiver condicionada a parâmetros como o sucesso, o abandono escolar e a avaliação atribuída aos alunos (se se queria um modelo alternativo que não envolvesse uma correlação falsa – sucesso escolar dos

estudantes=sucesso profissional dos docentes –, então recorria-se ao actual modelo das universidades portuguesas que fazem inquéritos anónimos anuais aos estudantes, por cada disciplina, e, nos casos em que se detectam problemas denunciados pelos estudantes, os professores em causa são convidados, construtivamente, a corrigir o que estiver mal, sem que com isso estejam a comprometer a sua avaliação profissional); se se constrói um modelo de avaliação em que é possível delegar competências, não se faz tábua rasa do código administrativo e se inclui subtilmente num Orçamento Geral de Estado uma correcção duvidosa para legitimar essa delegação de competências; se queremos melhores professores, não publicamos uma lei como o Decreto-Lei nº43/2007, que promove a iniquidade da formação de base, excluindo arbitrariamente uns licenciados e protegendo outros sem que ninguém entenda a filosofia do legislador; se quer promover a avaliação entre pares respeitará a hierarquia das habilitações académicas adquiridas, e não monta um sistema em que um docente com o grau de doutor ou de mestre pode ser avaliado por docentes com o grau de licenciado; em vez de promover a aquisição de uma maior qualificação dos professores, embora se anuncie isso hipocritamente, não se publica uma Portaria como a nº 344/2008, que privilegia a aquisição de mestrados e doutoramentos em Ciências da Educação como habilitação adequada a quem se exige que demonstre depois um desempenho excepcional em termos científicos na sua área de especialidade.

Testemunho de um professor: “Por obra e graça do famoso concurso que distingue os melhores e mais experientes, acedi à categoria (?) de titular (de quê não sei). Sou o professor mais novo (na escola, idade, escalão e tempo de serviço) do meu grupo. Não quero ser titular, só quero ser professor.” Será pedir muito a um ministro da Educação, mesmo seja o mais cego entre os que tudo vêem, que os deixem ser apenas isso, professores?

Carlos Ceia

Professor da Universidade Nova de Lisboa

